

## DESPACHO

Colorado do Oeste-RO, 08 de outubro de 2025.

**Interessado: ASSOCIAÇÃO DE LUTA POR CASTRAÇÃO DOS ANIMAIS**

**Representante Legal: CLEIVIANE MOREIRA**

Em caráter de urgência, solicita-se à Associação que apresente todos os documentos referentes à **Associação de Luta por Castração dos Animais**, incluindo ata de reunião, estatuto social e demais registros pertinentes.

Na mesma oportunidade, solicita-se que informe o andamento do processo de abertura da filial no Município de Colorado do Oeste, bem como o prazo estimado para sua conclusão.

Atenciosamente,

Inicialmente, cumpre ressaltar o mérito social da iniciativa da Associação, cujas atividades se alinham ao interesse público de combater o abandono de animais e promover o bem-estar animal no Município de Colorado do Oeste.

O pedido de Declaração de Utilidade Pública deve observar estritamente os requisitos estabelecidos na **Lei Municipal n.º 1.871, de 25 de agosto de 2015.**

Conforme análise da documentação acostada ao processo, verifica-se o não atendimento integral aos critérios legais exigidos, notadamente o disposto no Art. 3º, inciso XI, entre outras exigências estabelecidas na referida lei.. **Portanto, o pleito de Declaração de Utilidade Pública não pode ser deferido neste momento.**

Dessa forma, a medida mais adequada e imediata é a celebração de **Termo de Concessão de Uso** em favor da Associação, com base na **Lei Municipal n.º 1.996, de 6 de julho de 2017**, que dispõe sobre a cessão, concessão e alienação de bens públicos, oferece amparo legal para a Concessão de Uso de Bem Público a pessoas jurídicas de direito público ou privado que **desenvolvam atividades de interesse social**.

Diante do exposto, **esta Procuradoria opina** pela celebração de **Termo de Concessão de Uso de Bem Público** com a referida Associação, pelo prazo de 01 (um) ano, prorrogável por igual período, em conformidade com o permissivo da **Lei Municipal n.º 1.996/2017**. Tal concessão vigorará até que a entidade cumpra integralmente os requisitos necessários para nova postulação do título de Utilidade Pública.